

# O preconceito racial no futebol

Marcelo Monteiro

Friedenreich, Fausto, Domingos da Guia, Leônidas da Silva, Garrincha, Pelé e Romário. A relação de jogadores negros e mulatos que vestiram a camisa da seleção brasileira e trouxeram glórias para o país é imensa. Entretanto, se hoje jogadores de várias raças jogam livremente nos clubes do país, a situação era diferente até meados da década de 30. Na época, 40 anos depois do fim oficial da escravidão no Brasil, muitos clubes importantes, como Fluminense, Flamengo e Botafogo, não aceitavam jogadores negros e mulatos. Do goleiro ao ponta-esquerda, todos eram brancos. E não bastava ser da raça branca; tinha que ser de boa família. Branco pobre também não tinha vez.

A trajetória de luta dos negros e mulatos pelo direito à igualdade no futebol é narrada pelo cronista esportivo Mário Filho no livro *O negro no futebol brasileiro*. A segunda edição da obra, atualizada em 1964, foi relançada recentemente pela Editora Fumo. A primeira versão do livro foi editada em 1947.

Nome de batismo do maior estádio do mundo, o Maracanã, uma das maiores homenagens que um amante do futebol poderia receber, Mário Filho descreve casos de negros e mulatos que tentavam disfarçar sua cor e escapar da discriminação. Exemplos como Miranda, jogador do América do Rio no início da década 20, que entrava em campo com um gorro na cabeça para encobrir o cabelo crespo, ou de Friedenreich, primeiro grande ídolo do futebol brasileiro, que não cobria o cabelo, mas passavam horas tentando "amansá-lo".

Apesar da popularidade de Friedenreich, a democracia racial no esporte ainda precisou de algum tempo para ser consolidada. No futebol carioca da década de 10, os negros, mulatos e brancos pobres somente atuavam em times pequenos. Até 1922, nenhum time de brancos de "boa família" havia con-

quistado o título do estado. Em 23, o Vasco da Gama, com um escrete formado por negros, mulatos e brancos pobres, conquistou o título. A vitória foi "uma verdadeira revolução no futebol brasileiro", define Mário Filho.

A reação dos clubes "brancos" foi imediata, com imposição de condições para a inscrição de atletas. Prevalcia a tese do amadorismo: os jogadores não podiam viver do futebol, tendo que comprovar que tinham outra fonte de renda. Os ricos podiam viver do dinheiro da família; os pobres tinham que ter um emprego. Outra dificuldade: os jogadores deveriam preencher uma ficha com inúmeros dados antes dos jogos, o que dificultava a vida dos que tinham pouca ou nenhuma escolaridade.

O profissionalismo acabou sendo um fator fundamental para a superação do preconceito contra os jogadores não-brancos. Apesar de algumas resistências iniciais, os dirigentes dos times foram percebendo que o importante era a qualidade do jogador e não a cor da pele. Equipes como Vasco e América pagavam bem aos atletas, pretos, mulatos ou brancos, formando os melhores esquadrões, levando mais torcida e conquistando os campeonatos. Diante da realidade, os times mais recitantes, como Fluminense e Botafogo, acabaram abrindo mão de sua "tradição", permitindo que o futebol brasileiro se tornasse um esporte democrático.



## NOTAS

### Para gostar de ler

O Sindicato Nacional dos Editores de Livros fechou um projeto com o Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee) do Rio de Janeiro cujo objetivo será desenvolver a leitura nas escolas públicas do estado e conscientizar os alunos da importância do hábito de ler. O projeto "Ciee vai à escola incentivar a leitura" conta, por enquanto, com o apoio de 33 editoras de todo o país.

### Manual de educação ambiental

A história da educação ambiental e formas de prevenção de problemas aos ecossistemas nos países latino-americanos são temas do Manual latino-americano de educação ambiental, de Moema L. Viezzer e Omar Ovalles. Editado em língua portuguesa pela Editora Gaia, a obra foi escrita originalmente em espanhol pelo CEAAL (Conselho de Educa-

ção de Adultos para a América Latina) e pela Universidade Central da Venezuela. A versão brasileira foi preparada por Moema Viezzer e Rachel Trajber. O livro analisa várias maneiras de prevenção à degradação ambiental e ações que visam a destacar os aspectos fundamentais da educação ambiental, com destaque para a atuação comunitária.



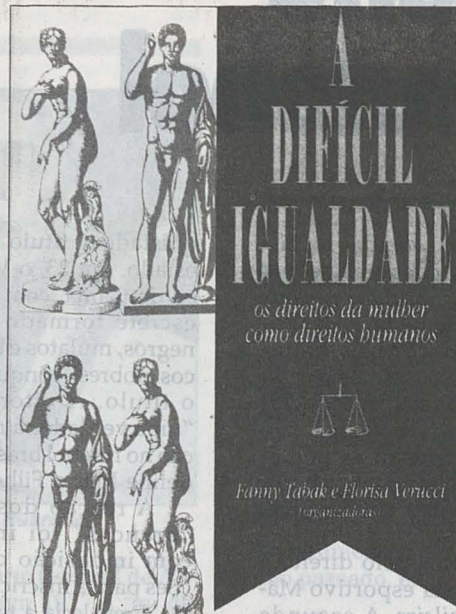
## Difícil, mas não impossível

Patrícia Costa

A socióloga e pesquisadora Fanny Tabak e a advogada Florisa Verucci são as organizadoras do livro *A difícil igualdade – os direitos da mulher como direitos humanos*, lançado pela editora Relume Dumará no mês passado.

Resultado de um *workshop* realizado no Instituto Internacional de Sociologia Jurídica, em Oñati, País Basco, Espanha – coordenado por Fanny desde 1990 –, o livro reúne experiências de vários países do mundo que, apesar de culturas diferentes, apresentam traços semelhantes no que diz respeito à questão da mulher, sob o ponto de vista da implantação do princípio da igualdade. “É um tema da sociologia jurídica, que trata das causas e da repercussão desse tema sobre a sociedade. Não é a lei pura e simples, é a lei aplicada. No caso da mulher, isso é bastante agudo, porque ninguém mais diz que as mulheres não são iguais, mas, na prática, esse princípio legal não é vivenciado”, explica Florisa.

Fanny Tabak, por sua vez, destaca que sua preocupação é com os obstáculos enfrentados pela mulher para a



implementação das leis que a defendem: “A lei deve servir como instrumento de mudança social, de mudança do *status* legal da mulher.” A sociologia jurídica ainda é tema inédito no Brasil, ao contrário da Europa e Estados Unidos, onde já

existem diversas publicações sobre o assunto.

O trabalho tem um lado acadêmico, mas como trata da relação homem-mulher na implantação de uma sociedade mais justa, tem um lado político, além de um lado feminista, que é a afirmação da mulher dentro da sociedade.

E por que direitos humanos? “Eu costumo diferenciar a igualdade de oportunidades da igualdade de direitos. Não são a mesma coisa. A mulher vai gozar de direitos iguais, mas será toda a humanidade que vai se beneficiar disso”, diz Fanny.

Otimistas quanto à repercussão do livro, ela e Florisa pretendem lançá-lo em outros lugares fora do eixo Rio-São Paulo, como em Natal, onde há uma rede de núcleos acadêmicos, e em Belo Horizonte e Salvador, onde farão palestras em instituições de ensino superior que têm programas de estudos sobre a mulher. Elas planejam fazer uma série de livros que tratarão de assuntos analisados sob o ponto de vista da sociologia jurídica, com contribuições de mulheres de todo o planeta.

## NOTAS

### O primeiro poeta brasileiro

Quase ninguém ouviu falar do poeta Bento Teixeira, judeu filho de portugueses que chegou ao Brasil com cinco anos e cresceu respirando os ares do novo continente. Mas é dele o primeiro poema brasileiro publicado no país, intitulado *A Prosopopéia*, em 1601.

Porém, Bento Teixeira ficou mais conhecido como um intelectual que conseguiu fugir da Inquisição graças à malandragem adquirida no Brasil.

O microfilme de 500 páginas contendo todo o processo do poeta finalmente foi cedido pela Torre do Tombo, instituição portuguesa mais importante de arquivamento de documentos históricos, para a Biblioteca Nacional. O pesquisador Gilberto Vilar de Carvalho lançará, até o final do ano, uma biografia de mais de 300 páginas intitulada *Bento Teixeira*,

poeta – o primeiro brasileiro.

Dono de uma obra desconhecida, entre sonetos, trovas e peças teatrais, Bento Teixeira, apesar de ser judeu, se dizia cristão convertido, mas acabou sendo delatado por vizinhos e até pela própria esposa. No julgamento, graças à sua erudição e por ser mestre em latim, grego, italiano e espanhol, pôde argumentar com os inquisidores, citando a Bíblia e até São Tomás de Aquino e Aristóteles, conseguindo escapar da fogueira e da prisão perpétua. Mas foi proibido de sair de Lisboa.

Morreu em 1600, tendo seu poema publicado no ano seguinte.

### Acervo musical

Um convênio pioneiro assinado entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Embratel trouxe a música para dentro do santuário dos

livros. O Projeto Midi, de digitalização de partituras musicais, automatizou a divisão de música da Biblioteca Nacional.

Agora, todo usuário da biblioteca poderá ler graficamente as partituras e ouvir o som das músicas de Guerra Peixe e Ernesto Nazareth, os primeiros compositores cujas obras estão sendo gravadas em disquete pelo pianista João Carlos de Assis Brasil. Outros autores como Chiquinha Gonzaga e Francisco Mignone também terão seus trabalhos gravados.

O objetivo é preservar a memória musical brasileira através do acervo de 250 mil peças – entre partituras, programas, cartazes, discos e fitas recolhidos nos últimos 40 anos.

A outra novidade é que quem tem um computador 386 em casa ligado à rede digital da Embratel, através do sistema BBS, poderá ter acesso em breve ao acervo, podendo inclusive imprimir uma partitura, entre os mais de três mil originais à disposição.